



Sábado

16-04-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

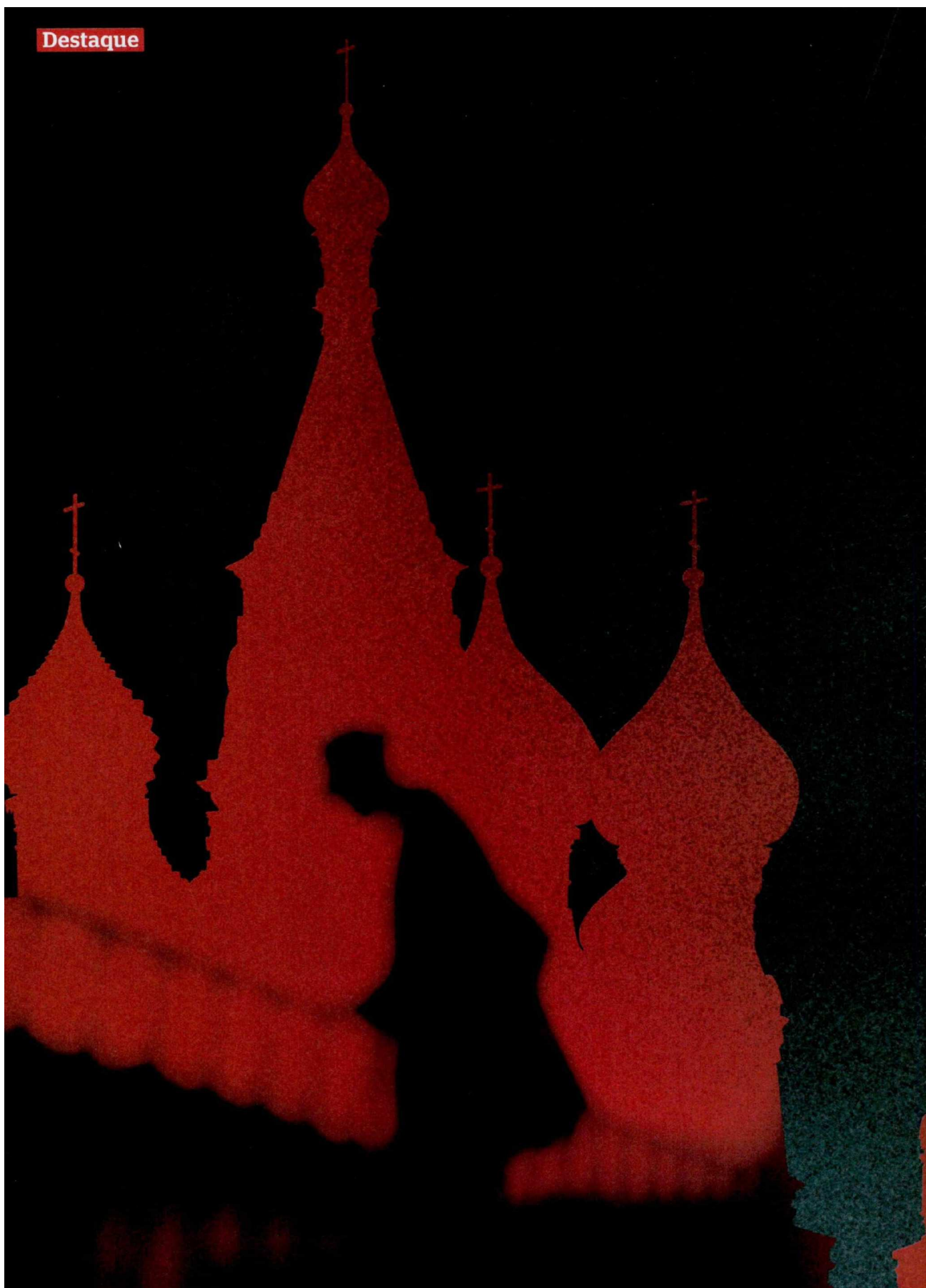
Temática: Internacional

Dimensão: 5170

Imagem: S/Cor

Página (s): 42 a 50

Destaque



Sábado

16-04-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Internacional

Dimensão: 5170

Imagem: S/Cor

Página (s): 42 a 50

INVESTIGAÇÃO. GOVERNO INFORMOU OS ALIADOS

OPERAÇÃO SECRETA EXPULSA ESPIÕES RUSSOS DE PORTUGAL

Os agentes estrangeiros queriam aceder à informação civil e empresarial guardada no Instituto de Registos e Notariado através de uma “toupeira” portuguesa. O Serviço de Informações de Segurança detectou-os e desmantelou a acção, que acabou por se cruzar com o inquérito da Polícia Judiciária ao caso dos vistos *gold*.

Por Nuno Tiago Pinto e António José Vilela

Sábado

16-04-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Internacional

Dimensão: 5170

Imagem: S/Cor

Página (s): 42 a 50

Destaque

Sentado na pequena sala de interrogatórios do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC), António Figueiredo era um homem sob pressão. Há várias horas que o então presidente do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) estava a ser interrogado pelo juiz de instrução criminal, Carlos Alexandre, no âmbito da operação Labirinto, que investigou uma alegada rede de corrupção na atribuição dos chamados vistos *gold*. Foi o último dos 11 arguidos a ser ouvido. Para os investigadores da Polícia Judiciária (PJ), dirigidos pela procuradora Susana Figueiredo, era ele o pivô de uma teia de influências que envolveria o director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Jarmela Palos, a secretária-geral do Ministério da Justiça, Maria Antónia Anes, o próprio ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, e vários elementos ligados aos serviços secretos portugueses.

Apoiado pelo advogado Rui Patrício, Figueiredo ouviu o juiz mostrar-se perplexo com a alegada intromissão de agentes do Serviço de Informações de Segurança (SIS) na investigação e com a realização de dois supostos varimentos electrónicos no seu gabinete no IRN: um a 27 de Fevereiro, outro em Junho de 2014. Encostado à parede e perante a possibilidade de ser colocado em prisão preventiva, o então presidente do IRN deu uma explicação que se aproximou perigosamente da violação de segredo de Estado. A procura de escutas ambientais e de vírus informáticos no *software* dos computadores, disse, tinha sido feita porque receava que o seu gabinete estivesse sob vigilância numa operação de espionagem de um país estrangeiro.

Carlos Alexandre não acreditou. Até porque não tinha tido conhecimento de qualquer registo judicial ou policial com origem nos serviços secretos. A Polícia Judiciária (PJ) também não sabia de nada. Mas António Figueiredo estava a falar de uma operação de espionagem que realmente existiu. Ao mesmo tempo que a Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) da PJ conduzia a investigação à atribuição de "vistos *gold*", o SIS realizava uma operação até agora secreta destinada a neutralizar a intrusão de agentes russos no IRN — um verdadeiro centro nevrálgico informático onde consta praticamente toda a vida civil e empresarial do País.

A operação de contra-espionagem da secreta portuguesa foi também bem sucedida a detectar a toupeira nacional — um funcionário do IRN — recrutada pelos agentes estrangeiros. Mais tarde, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) "convidou" os dois espões, que eram elementos da embaixada russa em Lisboa, a abandonarem Portugal.

Questionado por escrito sobre este caso de espionagem internacional, o secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) não quis prestar qualquer esclarecimento. "Quanto às questões colocadas refere-se que todas as actividades do SIRP estão cobertas pelo segredo de Estado, pelo que não há comentários a fazer", referiu fonte oficial do gabinete de Júlio Pereira. Contactado por telefone e via



JOÃO GONÇALVES/CM

1 Júlio Pereira já dirige os serviços secretos portugueses há 10 anos

2 A embaixada da Rússia mantém-se no edifício que foi ocupado pela diplomacia da antiga URSS

O JUIZ CARLOS ALEXANDRE E A PJ NÃO FORAM INFORMADOS SOBRE A OPERAÇÃO DO SIS

email, o adido de imprensa da embaixada russa em Lisboa, Evgeny Skobkarev, também não respondeu às questões até ao fecho desta edição.

A operação do SIS, que a **SÁBADO** confirmou junto de várias fontes dos serviços secretos e dos meios judiciais e diplomáticos, começou no fim de 2013 e prolongou-se no ano seguinte. No âmbito da sua actividade de contra-espionagem, os espões do SIS detectaram a movimentação de agentes russos cujo objectivo era obter uma porta de acesso à informação armazenada no IRN. As vigilâncias duraram meses porque era vital impedir os espões de aceder a uma fonte quase inesgotável de dados do Estado português.

Além das novas identidades que os agentes encobertos da PJ e os próprios agentes do SIS usam em operações relacionadas com o combate à criminalidade especialmente complexa, como casos de terrorismo e de tráfico de droga, é no IRN que está guardada toda a informação relativa ao registo civil de cidadãos nacionais e estrangeiros: pedidos de visto, assentos de baptismo e de óbito, casamentos, divórcios e até mudanças de sexo.

Localizado num edifício do Campus de Justiça, em Lisboa, o Instituto dos Registos e do Notariado tem os dados inseridos nos cartões de cidadão e nos passaportes, as atribuições e as perdas de nacionalidade, os registos de veículos e de imóveis, os testamentos e as escrituras públicas. Na sua gigantesca base de dados constam também a identificação e o histórico de empresas portuguesas, os registos de marcas e de entidades religiosas, fundações e associações, bem como estão lá arquivadas as certidões de procurações judiciais.

Além disso, o IRN mantém dezenas de protocolos com instituições como a Procuradoria-Geral da República ou

Sábado

16-04-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Internacional

Dimensão: 5170

Imagem: S/Cor

Página (s): 42 a 50



MARILYN ALVES/COM

Os protagonistas

As relações entre espões e magistrados cruzaram-se na investigação da Polícia Judiciária à atribuição de vistos *gold*

António Figueiredo O presidente do Instituto dos Registos e do Notariado solicitou ao SIS um “**varrimento**” no seu gabinete por suspeitas de que poderia estar sob escuta, enquanto estava a ser investigado no processo dos vistos *gold*.

Horácio Pinto O juiz desembargador, actualmente colocado na **Relação do Porto**, foi pessoalmente ao varrimento realizado no IRN.

Antero Luís O antigo director do SIS foi apanhado numa escuta a intermediar um **negócio de 3 milhões** com investidores chineses.

Carlos Alexandre O juiz de Instrução Criminal não acreditou na existência de uma **operação de espionagem** que tivesse como alvo o Instituto dos Registos e do Notariado.

o órgão que congrega a actividade e a colaboração de todas as polícias e dos serviços secretos portugueses, o Sistema de Segurança Interna (SSI). “Trata-se de dados valiosíssimos para qualquer serviço de informações estrangeiro”, confirma à **SÁBADO** uma fonte da secreta portuguesa, recusando no entanto explicar como é que o SIS

OS SERVIÇOS SECRETOS JÁ INVESTIGAM A REDE DE ESPÕES RUSSOS EM PORTUGAL HÁ VÁRIOS ANOS

450 espões

é o número aproximado de elementos de vários serviços secretos portugueses

foi alertado para a operação russa em território nacional.

Mas a descoberta não foi certamente feita por acaso. Um espião do SIS confirma à **SÁBADO** que ao longo dos anos a embaixada da Rússia, tal como a da antiga União Soviética (URSS), tem sido uma das mais vigiadas pelos serviços secretos nacionais: “É um facto. Tem-se mantido no *top* das atenções juntamente com embaixadas como a da China e a do Irão, só para dar alguns exemplos.” A experiência acumulada ao longo dos anos permitiu até aos serviços secretos nacionais conhecerem as técnicas de instalação de redes de espões em Portugal, nomeadamente por parte dos serviços de informações russos.

Diplomatas sob vigilância

A primeira embaixada do então regime soviético foi instalada provisoriamente no hotel Tivoli, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, após o 25 de Abril de 1974. Pouco tempo depois a representação foi transferida para um imóvel no Campo Pequeno e finalmente para o actual edifício na Rua Visconde de Santarém. Os diplomatas ficaram aí instalados, mas a maioria dos espões, como é descrito no livro *Histórias Secretas do Serviço de Informações Militares*, de Paula Serra, distribuíram-se de forma clandestina por várias agências e firmas estatais como a companhia aérea Aeroflot, a empresa de marinha mercante Morflot, a agência marítima internacional Aminter e a agência estatal de notícias Novosti.

Os pedidos de acreditação de diplomatas russos em Lisboa são desde então vistos à lupa pelas autoridades portuguesas. Para manter os arquivos actualizados, o sector operacional das secretas enviava com frequência espões ao aeroporto de Lisboa – onde o SIS continua a estar de forma muito activa até porque faz parte da Comissão Nacional FAL/SEC, que trata da segurança da aviação civil – para observar e fotografar os elementos suspeitos bem como aqueles que os iam receber aos voos oriundos de Moscovo.

Na década de 90 o SIS já sabia que a então URSS tinha conseguido montar em Lisboa uma rede de agentes encobertos, quase todos portugueses, incluindo militares, que a troca de dinheiro forneciam informações aos espões soviéticos. Um dos primeiros pivôs na criação desta rede foi um oficial do KGB, Viktor Gundarev, que actuou sob a cobertura da Morflot.

No SIS, os próprios espões têm sido formados com base nos exemplos que vêm nos livros e que relatam os procedimentos dos mestres da espionagem no recrutamento de fontes humanas. Este facto consta até do primeiro manual confidencial de procedimentos usado a partir de 1988 pelos serviços secretos portugueses.

É nesse documento, a que a **SÁBADO** teve acesso, que há este aviso aos espões do SIS: “Os soviéticos recrutam muitas vezes entre deslocados, descontentes, pessoas com dificuldades financeiras, vítimas de injustiças, ambiciosos frustrados e com vida doméstica infeliz – neuróticos, homossexuais e alcoólicos.”

Neste trabalho de vigilância, os serviços secretos

Sábado

16-04-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Internacional

Dimensão: 5170

Imagem: S/Cor

Página (s): 42 a 50



portugueses chegaram até a alugar um apartamento em frente à embaixada russa. Essa tarefa do SIS sempre incluiu a tentativa de “recrutar” os contactos feitos em Portugal pelos espões estrangeiros, transformando-os em agentes duplos.

Um outro espião contactado pela SÁBADO, que não quis alongar-se sobre se o tipo de vigilância aos russos incluiu seguimentos, filmagens e escutas ambientais, limitou-se a dizer de forma algo enigmática: “É isso que os serviços secretos fazem, não é?” Mas também não esclareceu o que é que o SIS fez especificamente no caso do funcionário público do IRN detectado na operação dos russos.

No entanto, a SÁBADO sabe que quando a tentativa de intrusão no IRN foi detectada, os responsáveis do SIS delinearam uma estratégia de vigilância cuidadosa. Até porque os alvos enquadravam-se naquilo que está escrito no mais recente manual de procedimentos dos serviços (de 2006), que a SÁBADO leu, que definiu estes casos como “s sofisticados”.

Na prática, trata-se de indivíduos que, pelas funções que desempenham ou pela actividade que desenvolvem, “têm formação sobre medidas de detecção e contra-vigilância, aplicando-as constantemente” e actuam “tendo por base ser alvo de vigilância permanente”.

Na operação que visava os

O director da PJ, Almeida Rodrigues, destacou uma equipa para acabar a investigação dos vistos

agentes russos, a equipa destacada do SIS cumpriu à risca o que está definido no manual: distribuiu as vigilâncias por um número equilibrado de homens e mulheres – variável consoante a complexidade diária da operação – que incluem sempre um coordenador, um chefe de equipa, um subchefe e técnicos responsáveis pela informática e pela comunicação, pelo conhecimento de Lisboa, por fotografia e vídeo, pela mecânica especial e pela caracterização. As regras em vigor no SIS dizem ainda que cada um dos agentes tem de ter características físicas diversificadas e aparência discreta, o que significa a ausência de sinais corporais incomuns como “cicatrices ou tatuagens”.



Operação cruzada com vistos gold

Durante várias semanas os agentes do SIS registaram os movimentos dos espões e identificaram a forma como planeavam introduzir-se no IRN – através do recrutamento do funcionário da instituição, que também passou a estar sob apertada vigilância. Foi durante esta operação que, a 27 de Fevereiro, uma equipa do SIS se deslocou à sede do IRN, fora do horário de expediente, para realizar um varrimento electrónico no gabinete de António Figueiredo. O grupo era composto pelo então director da secreta, o juiz desembargador Horácio Pinto – que não quis falar à SÁBADO –, pela directora do departamento

Sábado

16-04-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Internacional

Dimensão: 5170

Imagem: S/Cor

Página (s): 42 a 50

Expulsões formais de diplomatas só em casos excepcionais

O número dois do KGB em Lisboa foi expulso após a invasão do Afeganistão

Em 1979, na sequência da invasão da então União Soviética do Afeganistão, o governo da Aliança Democrática expulsou de Lisboa vários diplomatas soviéticos. Parte deles seriam espões, identificados pela acção de contra-espionagem do Serviço de Informações Militares (DINFO), a emblemática secreta que foi extinta na prática em 1996, com a entrada em funcionamento do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa Militares (SIEDM, actual SIED). Entre os funcionários da embaixada expulsos estava o **número dois do KGB** em Lisboa, Yuri Konstantinovich Smenichev.



de contra-terrorismo e contra-vigilância, Maria João Coelho, e pelo número dois do Departamento Operacional 4 (DO4), que trata dos seguimentos e das operações no terreno, J.F. Na época, o chefe do DO4 era o actual director adjunto do SIS, Gil Vicente.

Os espões chegaram ao Campus da Justiça no carro oficial do director do SIS, conduzidos por um motorista do serviço de informações. Desconheciam que, nesse momento, estavam eles próprios a ser vigiados discretamente por uma equipa da PJ que os fotografou a entrar e a sair do edifício do IRN. Quatro meses mais tarde, já depois da notícia da **SÁBADO** que dava conta da existência de uma investigação ao processo de atribuição de vistos *gold*, um outro espião do SIS, J.C., director da área informática operacional, terá ido ao IRN durante a noite.

Desta vez a visita não foi acompanhada pela PJ mas os investigadores acreditam que ela se terá realizado porque constará em escutas telefónicas e mensagens escritas enviadas por António Figueiredo. De acordo com o jornal *i*, a 18 de Junho o presidente do IRN enviou um SMS a Horácio Pinto "para que verificassem algumas das situações/locais de que haviam falado na semana anterior". A PJ acredita que nessa ocasião foi limpo o *software* dos computadores do gabinete do presidente do IRN.

No entanto, uma fonte dos serviços garante à **SÁBADO** que este tipo de deslocações ao IRN é frequente, no âmbito da cooperação entre as duas instituições e da preocupação com a segurança dos dados lá armazenados. É esse cuidado que tem levado elementos do SIS a vários organismos públicos e empresas privadas, tal como se pode ler no relatório anual de segurança interna, relativo a 2014. "No domínio da contra-espionagem salientam-se as actividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Segurança Económica que visa pro-

Sábado

16-04-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Internacional

Dimensão: 5170

Imagem: S/Cor

Página (s): 42 a 50

Destaque

► mover uma cultura de segurança junto de entidades públicas e privadas nacionais", incluindo as "entidades da administração pública".

O documento menciona ainda o perigo da espionagem patrocinada por potências estrangeiras como uma ameaça à segurança interna. Não cita o nome de países, mas um dos alvos omissos no relatório é precisamente o caso dos espões russos, que já foi comunicado oficialmente por Portugal aos parceiros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). "Também a espionagem, vocacionada para o acesso a informação sensível nos tradicionais planos político e militar mas, também, no económico, tem feito uso de meios técnicos cada vez mais sofisticados que lhe conferem maior capacidade de recolha de dados, ao mesmo tempo que torna mais difícil identificar e localizar os seus agentes", conclui o texto.

Ainda assim, uma fonte ligada à investigação do caso dos vistos *gold* disse à **SÁBADO** que o MP e a PJ acreditam que a "operação dos russos foi usada para justificar o varrimento nos computadores". A mesma fonte garante também que "seria necessário apurar" se os responsáveis do SIS foram ou não usados pelo presidente do IRN que, desde o início de 2014, suspeitava estar a ser investigado pelo MP. Esta teia complexa de relações ficou patente quando o juiz Carlos Alexandre colocou em prisão preventiva António Figueiredo e lhe decretou medidas de coacção — a ele e a outros suspeitos — que o proibem também de contactar com elementos do SIS, do MP e de forças policiais.

É que logo em Fevereiro de 2014, António Figueiredo chegou a questionar claramente o director da Judicatura, José Almeida Rodrigues, sobre a existência de um inquérito-crime no qual seria um dos visados. "Ouve lá, disseram-me que estou a ser investigado num processo. Isso é verdade?", perguntou. Surpreendido, o líder da PJ encontrou uma saída airosa que não o comprometia, nem à investigação, e respondeu simplesmente que desconhecia o assunto.

Equipa da PJ temeu a acção dos espões

Três meses depois, em Maio de 2014, os inspectores registaram um novo episódio que envolvia altos quadros dos serviços secretos: um jantar no apartamento, em Lisboa, de uma das principais suspeitas no caso, Maria Antónia Anes, que reuniu cerca de 10 convidados. Entre eles estavam o presidente do IRN, o secretário-geral do SIRP, Júlio Pereira, o director do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), Casimiro Morgado, o então secretário do Gabinete Coordenador de Segurança e ex-director do SIS, Antero Luís.

Por esta altura, nas escutas telefónicas a António Figueiredo, já tinha sido gravada uma conversa com Antero Luís em que era referida a venda de um imóvel em Leiria a investidores chineses, alegadamente intermediada pelo ex-director do SIS. O negócio, que acabaria por não se realizar, estava avaliado em 3 milhões de euros. Em Novembro de 2014, Antero Luís garantia à **SÁBADO**: "Nunca fiz nada de ilegal. Pedi-



► O juiz Horácio Pinto, então director do SIS, participou na despiagem de escutas nos Registos e Notariado

ram-me um favor e eu fiz. E acha que eu sabia de alguma investigação ao António Figueiredo? Acha que se soubesse lhe ia telefonar a perguntar se sabia de alguém que quisesse comprar a casa de um amigo do meu irmão? Pois, eu devo mesmo ser totó, não?!"

Ao que a **SÁBADO** apurou, Antero Luís e Horácio Pinto não chegaram a ser colocados sob escuta telefónica. No entanto, já em Fevereiro deste ano foi retirada uma certidão do processo que foi remetida pelos procuradores do inquérito, Susana Figueiredo e Manuel das Dores, para o Supremo Tribunal de Justiça, a entidade competente para avaliar e validar os indícios do inquérito que visam os dois desembargadores.

Um terceiro juiz, Vaz das Neves, presidente do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), também se encontrava sob suspeita neste novo inquérito-crime depois de ser apanhado em escutas telefónicas do processo dos vistos *gold*. Na terça-feira passada, dia 14, foi divulgado pela agência Lusa que o MP tinha arquivado quatro dias antes as suspeitas extraídas da investigação do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) que incidiam sobre Vaz das Neves.

Na certidão judicial em causa aludia-se a uma conversa telefónica, ocorrida a 2 de Setembro de 2014, entre o juiz desembargador e António Figueiredo, em que o presidente da TRL manifestava "todo o seu apoio em tudo o que for necessário, pessoal e institucional" em resposta ao facto de Figueiredo lhe dizer que estava a ser investigado.

Quando, em Novembro de 2014, os investigadores

A OPERAÇÃO DOS RUSSOS FOI COMUNICADA POR PORTUGAL AOS PAÍSES PARCEIROS NA NATO

Sábado

16-04-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Internacional

Dimensão: 5170

Imagem: S/Cor

Página (s): 42 a 50

Destaque

16 ABRIL 2015
SÁBADO • www.sabado.pt

decidiram avançar com as buscas e as detenções da operação Labirinto, o processo já estava há muito envolto em teorias da conspiração relacionadas com fugas de informação e com os interesses das secretas no processo. Nesta fase, a equipa da PJ que conduzia o caso suspeitou mesmo que poderia estar sob vigilância dos espões do SIS. Como prevenção, os inspectores passaram a evitar falar ao telemóvel ou trocar mensagens electrónicas sobre o caso e tiveram cuidados acrescidos para não serem seguidos durante as deslocções de carro ou a pé.

Nova fuga de informação

Um novo caso terá ocorrido aquando da prisão do próprio director do SEF, suspeito de agilizar os processos de concessão dos vistos *gold*. Na véspera da operação, Jarmela Palos, que estava numa cerimónia oficial nos Açores recebeu um telefonema e vários SMS a avisá-lo de que as buscas estavam marcadas para o dia seguinte. O autor dos alegados avisos foi o então director da Direcção Central de Investigação do SEF, Paulo Nicolau. Nas escutas, captadas pela PJ, Nicolau terá dito a Jarmela Palos que "aquilo é para amanhã". O então responsável pela investigação do SEF terá também referido números que os investigadores do processo associaram à quantidade de buscas ou de detidos previstos para a operação.

Dois meses depois, quando tomou posse o novo director do SEF, o juiz desembargador Beça Pereira, Paulo Nicolau foi o único elemento da estrutura directiva do Serviço a pôr o lugar à disposição. Ao que a **SÁBADO** apurou, o inspector superior foi convidado a abandonar o cargo por não ter condições para o continuar a exercer – o que fez a 19 de Janeiro passado alegando "razões do foro pessoal". O despacho de exoneração foi assinado pelo secretário de Estado da Administração Interna, João Almeida. Na última semana, apesar dos diversos contactos da **SÁBADO**, Paulo Nicolau, que está colocado na Direcção

O antigo presidente do IRN, António Figueiredo (à esquerda) está em prisão preventiva e proibido de contactar espões

PAULO MOTA PINTO DISSE QUE A OPERAÇÃO NO IRN FOI DE CONTRA-ESPIONAGEM

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, foi avisado da operação de espionagem russa



Regional de Lisboa do SEF, não respondeu às questões colocadas.

Até hoje, mais de um ano depois do primeiro varrimento electrónico realizado no IRN, nem a PJ nem o MP receberam qualquer tipo de justificação oficial do SIRP ou do SIS para o que se passou durante a investigação do caso dos vistos *gold*. As únicas explicações – que ganham um novo significado com a revelação da operação do SIS contra os espões russos – foram dadas de forma algo cifrada por Júlio Pereira, em Novembro de 2014, aos deputados da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias. Numa sessão à porta fechada, o responsável máximo do SIS e do SIED disse "que o varrimento electrónico é uma operação frequente em muitas outras instituições do Estado" e que a situação em causa se inseria "no âmbito das competências do SIS" e estava em conformidade com a lei. Júlio Pereira garantiu também que "o director do SIS" era "alheio ao processo de investigação aos chamados vistos *gold*".

Isso era afinal o que já dizia o comunicado público do SIRP sobre o assunto. Questionado pelos deputados sobre se o varrimento pedido por António Figueiredo estava relacionado com a intervenção de uma secreta estrangeira, Júlio Pereira não respondeu, alegando que era uma "matéria em segredo de Estado". Todavia, explicou aos deputados que as investigações dessa natureza implicam actuações como a que ocorreu no IRN.

No mesmo dia, o presidente da Comissão de Fiscalização das Secretas, o deputado Paulo Mota Pinto, acrescentou algo mais: "A realização do varrimento electrónico não representa qualquer violação dos limites funcionais aos serviços de informação tendo em conta o entendimento de que a operação se realizou no âmbito da contra-espionagem." Mas Mota Pinto afirmou também que o SIS iria alterar os procedimentos de modo a deixar "registado por escrito" a realização de operações desse tipo para melhor escrutinar os motivos que levam alguém a pedir a realização de varrimentos semelhantes. O objectivo será ter a certeza de que quem faz o pedido não tem segundas intenções nem está envolvido numa outra investigação.

Quando foram detidos no ano passado os 11 suspeitos do caso dos vistos *gold*, há muito que a operação do SIS que visava os espões russos tinha terminado com sucesso. No fim, os serviços enviaram um relatório do sucedido ao gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, que não respondeu às questões colocadas pela **SÁBADO**. O representante russo em Lisboa foi chamado ao Palácio das Necessidades para lhe ser comunicada a situação em causa. Em seguida foi informado oralmente de que os dois elementos da embaixada tinham um prazo curto para deixar o País.

Se o embaixador russo recusasse, aquela conversa seria transformada numa declaração escrita do Estado português – o que acabou por não ser necessário porque os dois espões abandonaram rapidamente o País. **S**